

A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

O cerne do problema da Investigação Criminal revela-se na necessidade de determinar como resolver cada caso proposto e em cada momento. Trata-se, enfim, de saber como pensar, como orientar as múltiplas diligências investigatórias e como conseguir uma metodologia adequada.

O que se entende então por Investigação Criminal ?

É o conjunto de técnicas e procedimentos legalmente admitidos e utilizados de uma forma sistemática e metódica no sentido da descoberta de factos materiais penalmente relevantes e sua reconstituição histórica.

OBJECTIVO

O objectivo último da Investigação Criminal é, no fundo a resolução do problema que o Processo Penal refere "o de verificar a existência das infracções, determinar os seus agentes e averiguar a sua responsabilidade", isto é, dar resposta à pergunta fundamental da Investigação Criminal:

QUEM FEZ O QUÊ ?

(O QUE FOI FEITO POR QUEM ?)



- * Relação fundamental acto / autor;
- * Reconstituição mental dos factos
- * Reunir provas e determinar autores

A reconstituição mental dos factos, ou seja a reconstituição histórica orienta-se no sentido de dar resposta às seguintes questões:

Quem?

O quê?

Onde?

Quando?

Como?

Porquê?

Não basta conhecer o facto ilícito e/ou o seu autor para que este seja penalmente responsabilizado e punido. É pois necessário reunir todos os elementos materialmente relevantes que permita ao Tribunal decidir com convicção.

CARACTERÍSTICAS

A Investigação Criminal reveste-se de um conjunto de características, a saber:

PLURIDISCIPLINARIEDADE
Várias ciências, técnicas e saberes dão o seu contributo para que a investigação criminal concretize o seu fim último. Basta lembrar o recurso às ciências afins e ciências auxiliares.
CIENTIFICIDADE E TECNICIDADE
Com base na característica Pluridisciplinar e em consequência do recurso a disciplinas com rigor científico, a investigação criminal garante a produção científica da prova. Basta pensar nas potencialidades do Laboratório de Polícia Científica a que a Investigação Criminal recorre com frequência e as disciplinas científicas (Biologia, Química, etc.) em que se apoia.
NATUREZA AUXILIAR E INSTRUMENTAL
A investigação criminal integra um conjunto de mecanismos que lhe permitem recolher prova sobre a qual as instâncias judiciais vão trabalhar no sentido da feitura da justiça.
CONTROLO E CONDICIONAMENTO LEGAL
Todos os actos da Investigação Criminal devem ser executados no estrito cumprimento dos princípios constitucionais e das regras do Processo Penal e outra legislação avulsa, sem contudo esquecer a legitimidade do MP a quem cabe por lei a direcção do inquérito e, consequentemente, a supervisão de todas as diligências investigatórias. Por exemplo, os meios de prova admissíveis estão perfeitamente definidos no CPP bem como os meios de obtenção de prova no que respeita a pressupostos, formalidades e limites. É nesta perspectiva que se pode dizer que a Investigação Criminal obedece ao formalismo de actos perfeitamente definidos. O próprio conceito de Investigação Criminal deixa transparecer a necessidade de respeitar integralmente as exigências legais quando no mesmo se usa a expressão "... <u>legalmente admitidos</u> ,...".

PROCESSAMENTO OBRIGATÓRIO
Depois de se ter conhecimento inequívoco da prática de um ilícito criminal devem ser implementadas todas as diligências investigatórias no sentido de se alcançar o seu cabal esclarecimento e, essencialmente, a determinação do seu autor.
CARACTER ABRANGENTE E ESPECIALISTA
<p>Se, como se referiu anteriormente, tem processamento obrigatório, quer dizer que a Investigação Criminal faz incidir o seu trabalho sobre uma multiplicidade de crimes com características peculiares e graus de complexidade e gravidade muito diferenciados podendo ir do simples furto ao mais complexo caso de violação ou de homicídio.</p> <p>Depreende-se que o investigador deve possuir uma preparação técnico-profissional adequada bem como os imprescindíveis conhecimentos ao nível do processo penal, por forma a investigar com eficácia qualquer ilícito de natureza criminal.</p>

CIÊNCIAS AFINS E AUXILIARES

A técnica de Investigação Criminal socorre-se, normalmente, de um conjunto de ciências na resolução dos casos que lhe são apresentados. Estas ciências são classificadas como afins ou auxiliares, devido à sua aproximação directa ou subsidiária com a Investigação Criminal.

Estas ciências, que se baseiam em processos técnico e científicos de investigação, são autónomas, mas face à sua importância tornam a sua participação indispensável no processo face aos resultados que se podem obter ou então, partindo-se da segurança na certificação dos elementos que fornecem.

Assim, numa rápida referência, podemos considerar como **Ciências Afins** da Investigação Criminal:

POLÍCIA CIENTÍFICA - Ocupa-se da aplicação dos métodos ou meios de investigação sob o ponto de vista científico, com vista ao esclarecimento de um crime e determinação da sua autoria, partindo da análise e estudo de vestígios materiais.

É disso exemplo a análise, pelo processo DNA, de um cabelo ou vestígio de sangue recolhidos no local do crime no sentido de se alcançar a identificação do autor.

Outro exemplo pode referir-se aos exames efectuados pela Balística com o objectivo de determinar se um projectil terá sido disparado por uma

certa arma, podendo ainda ver-se esta questão pela negativa, isto é, concluir que não foi determinada arma a efectuar o disparo, acabando-se desta forma com uma suspeita.

PSICOLOGIA JUDICIÁRIA - Fornece à técnica de investigação um valioso contributo aquando da recolha da prova pessoal.

Desta disciplina podem extrair-se regras ou princípios imprescindíveis à condução conclusiva de uma situação de Entrevista/Interrogatório.

Intervém com especial relevo na apreciação e valoração dos depoimentos produzidos por menores cuja credibilidade se apresenta suspeita, dos depoimentos produzidos por testemunhas movidas por certos interesses, etc.

Pode intervir ainda nos casos de suicídio duvidoso quando sejam encontrados escritos da vítima - escritos íntimos como um diário - cujo estudo por um psicólogo possa reforçar a hipótese de suicídio.

CRIMINOLOGIA - menos directamente relacionada que as anteriores, contudo de grande importância como ciência que se ocupa do crime como realidade social e do estudo das suas causas e efeitos.

O conhecimento do móbil do crime, das suas causas próximas e remotas podem ajudar o investigador a determinar a personalidade do autor, constituindo um elemento de investigação e de prova indiciária, ou seja, um indivíduo com aquela personalidade pode cometer outros crimes, facto que exige prevenção.

DIREITO PROCESSUAL PENAL - Um pouco fora do alcance científico que se tem referido, é útil fazer uma breve referência ao direito processual penal enquanto disciplina jurídica da investigação.

É esta disciplina que define o quadro geral em que o investigador se movimenta, e que simultaneamente regula os actos de investigação, definindo o limite jurídico até onde o investigador pode caminhar, bem como a barreira a partir da qual cairá no campo daquilo que é juridicamente inaceitável e ilegal.

O processo penal está, por tais motivos, profundamente associado à técnica e tática de investigação, definindo o campo legal de actuação do investigador.

Os actos de investigação, tais como os meios de obtenção de prova, estão perfeitamente definidos na lei processual penal no que respeita a pressupostos, formalidades e limites da mesma forma que se encontram regulados os meios de prova que a técnica executa segundo a forma que considera mais oportuna e ajustada às circunstâncias de cada caso.

Quanto às ciências auxiliares da Investigação Criminal salientam-se:

MEDICINA LEGAL - Intervém em ilícitos criminais como homicídios, abortos, crimes de natureza sexual, casos de morte violenta, ofensas corporais e de forma geral nos casos em que se verifique a violação da integridade física das pessoas.

A medicina legal fornece também informação quanto à existência de

gravidez, sinais de parto ou aborto, causas da morte do feto, existência de violação ou tentativa, etc. Havendo vítima mortal fornece indicações quanto à hora aproximada da morte e suas causas bem como sobre a natureza e características do instrumento que causou a morte ou qualquer lesão em função da observação das respectivas lesões.

Face às potencialidades da Medicina Legal, sempre que se verifique uma morte suspeita, deve o investigador aproveitar a presença da Autoridade de Saúde, para recolher, ainda que com carácter provisório e informal, parecer que permita acautelar indícios e vestígios bem como seguir uma investigação sobre pressupostos objectivos em vez de se ficar à espera do relatório da autópsia o qual pode demorar algum tempo, repercutindo-se tal demora na perda de oportunidade em encetar certos actos investigatórios.

DACTILOSCOPIA - Estuda o processo e técnicas de identificação do ser humano por recolha e comparação de impressões digitais.

PSIQUIATRIA FORENSE - Intervém de imediato quando o investigador levanta dúvidas quanto à personalidade do criminoso em que aquela lhe pareça anormal, tendo a psiquiatria como tarefa primordial pronunciar-se quanto à provável inimputabilidade do autor do crime fundamentada em possíveis anomalias de carácter mental e psíquica nos termos do artº20 do CP.

Não pode o investigador esquecer que toda a responsabilidade penal assenta na culpa do agente.

A psiquiatria pode igualmente intervir no sentido de esclarecer e explicar denúncias fictícias fruto de uma imaginação doentia.

Pode acontecer na denúncia de crimes sexuais, em que a mulher se queixe de ter sido violada, tudo não passando de falsa denúncia, resultante de uma demência psíquica.

A psiquiatria pode ainda desempenhar um papel relevante quando alguém se queixe de ter sido alvo de violação estando privada das suas faculdades de determinação e uso da razão. A prova dessa privação faz-se pelo exame das faculdades mentais da ofendida. Pode ser mesmo uma pseudo ofendida em que aceitou ter relações sexuais e depois, por motivos diversos, se queixa de ter sido violada.

QUÍMICA FORENSE - Executa os exames laboratoriais sobre produtos tóxicos, sangue, álcool, géneros alimentícios, tintas usadas em escritos anónimos ou falsificados para eventuais comparações, sobre explosivos para identificação e comparação, incêndios de origem duvidosa, etc.

ANTROPOMETRIA - ciência da autoria de Alphonse Bertillon, que nos finais do século XIX concluiu pela não alteração do esqueleto humano a partir dos 20 anos de idade, sendo certa a sua variação de pessoa para pessoa. A utilidade desta ciência acentua-se essencialmente na identificação de

suspeitos e cadáveres desconhecidos, na ausência ou impossibilidade de recurso a outros meios;

SINALÉTICA - consiste em efectuar a descrição da pessoa tendo em vista o seu reconhecimento e identificação, assinalando sintética e metodicamente todas as características visíveis do aspecto físico da pessoa.

Tem esta ciência, como facilmente se compreende, especial relevância no que respeita à busca, localização e identificação de criminosos desconhecidos, cuja fotografia actual não exista ou seja necessário completar ou actualizar para mais fácil identificação. A ela se poderá recorrer especialmente quando se procure:

- a) Localizar pessoas cuja presença se torne necessária no processo;
- b) Localizar criminosos evadidos de prisões;
- c) Identificar cadáveres desconhecidos

Claro que a sinalética está hoje, em grande parte dos casos, ultrapassada por ciências e técnicas mais modernas, especialmente pela dactiloscopia, e até pela fotografia e vídeo, cujos recursos e processos técnicos são actualmente vastos e completos.

Mas nos casos em que a pessoa a procurar tenha sido vista por alguém e não haja elementos dactiloscópicos ou fotográficos a utilizar, aí se mostrará a sinalética de grande utilidade.

Quando o desconhecido tenha sido visto por uma ou mais pessoas, poderão estas fazer a sua descrição física em termos de se obterem os elementos de maior interesse para elaborar o chamado retrato falado.

Para o retrato interessa, em primeiro lugar, referir as proporções do corpo - cabeça, tronco e membros - e depois a sua forma mais detalhada, designadamente quanto à cabeça e cara, nos pormenores possíveis.

FOTOGRAFIA - A fotografia tem para a investigação criminal um valor incalculável.

Fotografias gerais e de pormenor, efectuadas segundo uma técnica correcta com aparelhos que garantam qualidade, permitem perpetuar no tempo todo o cenário onde se verificou a prática de um crime.

Ao manter inalterável todo o cenário resultante da observação "in loco" e correlações entre a vítima e os restantes vestígios e destes entre si permite não só no futuro levar a cabo uma rigorosa reconstituição do quadro do crime mas, também através de observação pormenorizada das fotos descobrir e identificar aspectos, eventualmente relevantes, que no acto e "in loco" tinham sido pouco valorizados pelo investigador ou tenham passado despercebidos.

Todo o manancial de informação contido em fotos será, para efeitos de reconstituição do facto nos termos do CPP, complementado com cróquis convenientemente elaborados.

A fotografia constitui ainda um importante elemento no processo de identificação de suspeitos e localização de indivíduos desaparecidos ou alvos de mandados de detenção.

Desempenham papel relevante também nos acidentes de viação,

independentemente dos seus contornos, nas falsificações de documentos ou letras.

Os aspectos referidos em relação à fotografia podem aplicar-se ao filme, sem esquecer que as duas formas de obtenção de imagem são consoante as convicções dos magistrados aceites como prova da prática de certo ilícito.

ELECTRÓNICA - é por demais conhecida a utilidade que na época actual esta ciência pode prestar à Investigação Criminal, através de todo um conjunto de instrumentos altamente sofisticados, salvaguardados que sejam os direitos fundamentais dos cidadãos;

RAIOS X - esta ciência tem grande aplicação no campo da Investigação Criminal, sobretudo na localização de projecteis no interior do corpo humano, objectos suspeitos em bagagens (sem necessidade de se proceder a sua abertura), designadamente em casos de alarme provocado pela existência de explosivos no interior de aeronaves, permitindo assim a sua observação, sem perigo imediato de explosão.

A TÉCNICA E A TÁCTICA

Mas não basta apenas investigar nem descobrir. É preciso provar através da procura e identificação de elementos de prova que com o apoio de meios técnicos, enquadrados na lei e relacionados, demonstrar quem foi o autor de determinado ilícito.

Para tal, na sua acção o investigador para demonstrar, tem que provar, recorrendo assim a Investigação Criminal a quatro planos que são indissociáveis:

- ❶ **Técnico** - os conhecimentos que o investigador utiliza (ex.: técnicas de investigação, limites e formalismos previstos na lei, etc.);
- ❶ **Táctico** - o conjunto de procedimentos técnicos aplicados em concreto, pelo investigador, a uma situação concreta, em cada caso;
- ❶ **Normativo** – as regras, procedimentos e formalidades de legislação avulsa, da lei penal e essencialmente da lei processual penal;
- ❶ **Organização intelectual da investigação** – representa o plano da metodologia do raciocínio.

No que respeita aos planos técnico e táctico apresenta-se uma referência conjunta em virtude das suas peculiaridades.

É natural que o investigador se depare sucessivamente com uma multiplicidade de crimes com características próprias, pelo que o modo de alcançar o seu total esclarecimento depende do tipo de crime e suas particularidades.

Um homicídio será investigado com recurso a processos e técnicas diferentes daquelas que se usam no esclarecimento de um crime de furto ou estupro, não esquecendo contudo eventuais pontos comuns no modo de investigação. Provavelmente, em todos os ilícitos se recorrerá à audição de testemunhas ou à realização de exames.

Contudo os processos de investigação serão específicos para cada caso, assim como os conteúdos da audição e forma de a executar ou mesmo os requisitos a esclarecer com realização dos exames.

Estamos já a falar da técnica e tática de investigação, cujo objecto é o estudo dos métodos técnicos e psicológicos da investigação legalmente admitidos e sua utilização.

No conjunto, como se verá a seguir, a técnica e a tática da investigação abrange o "conhecimento dos métodos ou processos de investigação criminal e o seu melhor aproveitamento para a descoberta da verdade". Este conceito pode traduzir-se em questões como :

- Como tem o investigador que reagir perante uma hipótese concreta de homicídio, de furto, etc.?
- Que fazer perante tais casos?
- Que medidas devem ser tomadas para investigar a autoria do homicídio?
- Que cautelas deverão ser adoptados quanto ao cadáver cuja causa da morte ainda se desconhece?
- A que processos recorrer e quais as possibilidades técnicas que o investigador dispõe com vista ao esclarecimento do crime?

O **plano técnico** diz respeito aos conhecimentos do investigador e regras de investigação, aos procedimentos técnicos de investigação, aos processos de actuação previstos na lei processual penal – limites e formalidades - relativamente a certas espécies de crime que poderão ou não ser aplicados integralmente, devendo contudo estarem presentes na mente do investigador para eventual utilização, dependendo das circunstâncias peculiares de cada crime.

Abrange o conjunto dos actos materiais e os procedimentos adequados e idóneos à demonstração dos factos.

O **plano tático** tem a ver com a planificação do trabalho de investigação, com o estudo da aplicação dos métodos de investigação mais convenientes nas vertentes técnica, psicológica e processual.

Estando o investigador na posse dos processos técnicos, conhecendo as potencialidades que as diversas ciências oferecem à tática policial, quando convenientemente delineada, permite a sua correcta e oportuna aplicação a cada ilícito em concreto. Permite ainda determinar quais os procedimentos técnicos ou processos científicos que garantam maiores probabilidades de êxito no esclarecimento do caso concreto em análise.

Desta forma se deduz que o plano de investigação no caso de furto seja diferenciado daquele que se adaptará na investigação do crime de estupro.

No primeiro caso é o local da ocorrência que assume papel relevante, sendo objecto de exames minuciosos aos vestígios quer se trate de impressões

digitais, instrumentos, sangue, pegadas, etc. Por sua vez o crime de estupro exige o recurso a outros processos específicos.

No esclarecimento de um crime em concreto, os dois planos são absolutamente indissociáveis. A técnica enquanto métodos ou processos de investigação e a tática entendida como forma mais adequada de aplicação dos primeiros.

Resta apresentar os planos normativo e da organização intelectual.

O **plano normativo**, engloba o conjunto das regras, competências, procedimentos e formalidades de legislação avulsa, da lei penal e essencialmente da lei processual penal (Ex.: meios de prova e meios de obtenção de prova), aos quais a investigação criminal deve, em absoluto, subordinar a sua actuação, evitando a nulidade da demonstração dos factos e, consequentemente, o esvaziamento do seu valor probatório em sede julgamento.

O **plano da organização intelectual da investigação** representa o plano da metodologia através da qual os factos se analisam, correlacionam e se sintetizam de forma lógica e sistemática num processo sequencial e gerador de novos factos decorrentes da aplicação das técnicas e procedimentos referidos anteriormente.

Estamos em condições de dar uma definição de Investigação Criminal tendo em conta estes quatro planos:

A Investigação Criminal constitui a *expressão prática do procedimento a adoptar* (**PLANO TÁCTICO**), face a todo o facto que assuma relevância criminal e sujeito a procedimento judicial, compreendendo um *conjunto de técnicas e procedimentos* (**PLANO TÉCNICO**), *legalmente admitidos* (**PLANO NORMATIVO**) e *utilizados de uma forma sistemática e metódica* (**PLANO DA ORGANIZAÇÃO INTELLECTUAL DA INVESTIGAÇÃO**), no sentido da descoberta de factos materiais penalmente relevantes e da sua reconstituição histórica, visando:

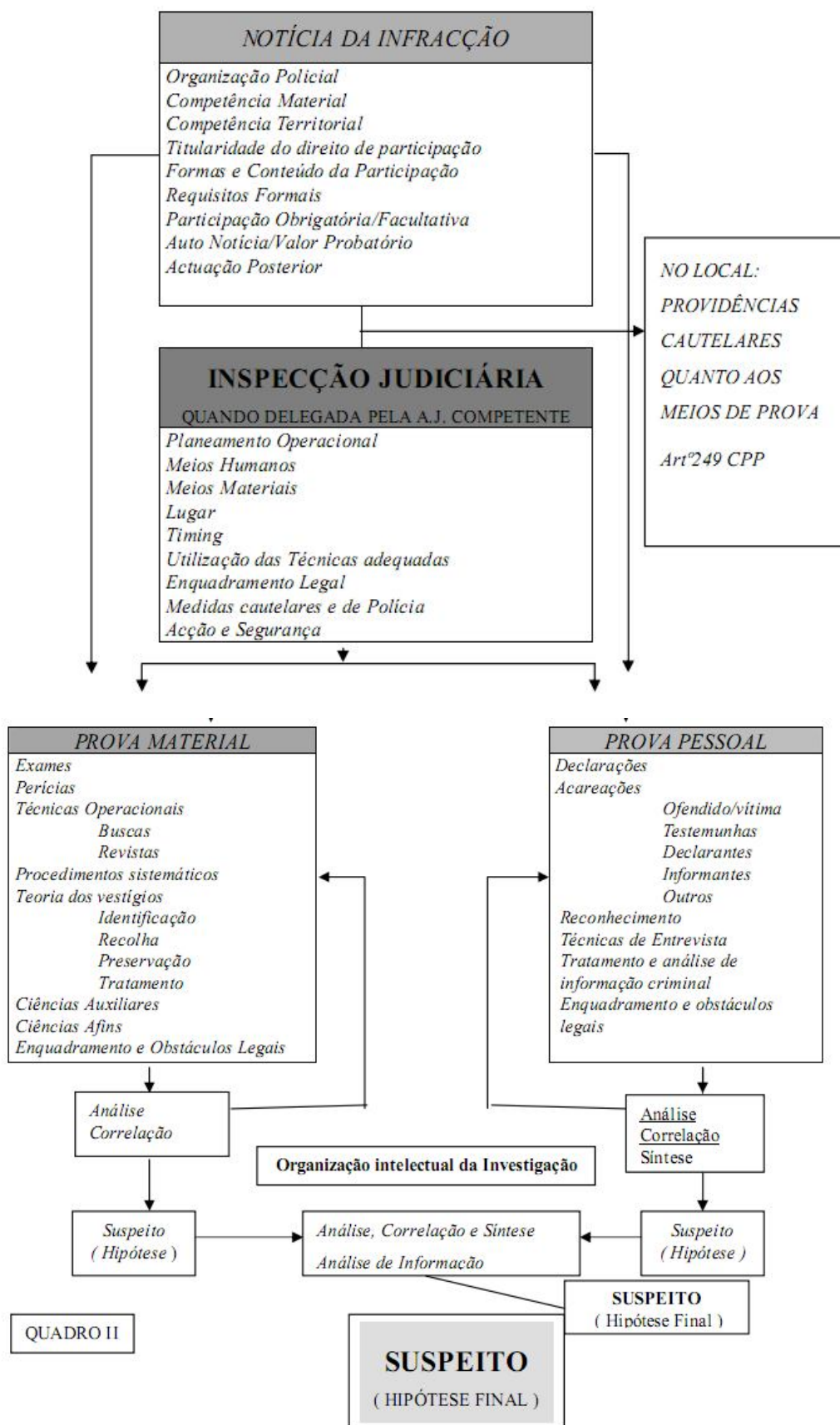
- ↪ Averiguar a existência de um crime;
- ↪ Determinar quem foram os agentes do mesmo;
- ↪ Definir qual o grau de responsabilidade de cada um;
- ↪ Descobrir as provas, no âmbito do processo;
- ↪ Recolher essas mesmas provas.

(Art.º 1º da Lei n.º 21/2000, de 10 de Agosto)

De forma esquemática - do ponto de vista técnico da investigação criminal e tendo presente os planos descritos - pode visualizar-se em termos sintéticos a dinâmica investigatória nos dois quadros seguintes:

QUADRO I

FACTO PUNÍVEL





METODOLOGIA DO RACIOCÍNIO

A Investigação Criminal assenta necessariamente no pensamento que lhe serve de guia e orientação que se traduz numa série de actos, operações e diligências.

Porém, convém desde já sublinhar a existência de dois tipos de pensamento fundamentais:

- ▶ O **pensamento intuitivo** - enquanto apreensão directa e imediata da verdade e, por isso, excluindo o raciocínio, apresenta resultados aleatórios e incertos;
- ▶ O **pensamento discursivo** - baseado fundamentalmente no raciocínio e desdobrado em dois aspectos:
 - O operacional que engloba ou implica análise, correlação e síntese, entendidas como um todo;
 - O formal que se analisa na indução, dedução e analogia.

Assim, o raciocínio, actuando sobre todos os elementos concretos da investigação, permite:

- ☀ - Formar os juízos, as ideias;
- ☀ - Encadear logicamente esse juízos e ideias, os diferentes elementos e elaborar hipóteses tendo como meta a prova da verdade dos factos.
- ☺ Os procedimentos gerais do espírito.

Com a matéria de facto, tem o investigador de dispor dos meios apropriados para trabalhar sobre aqueles que serão, obviamente, os instrumentos intelectuais. E estes são naturalmente os procedimentos fundamentais e universais do espírito, a saber:

- | | | |
|------------|--------------|------------|
| ◆ ANÁLISE | ◆ CORRELAÇÃO | ◆ SÍNTESE |
| ◆ DEDUÇÃO | ◆ INDUÇÃO | ◆ ANALOGIA |
| ◆ INTUIÇÃO | | |

Deve entretanto notar-se que, destes procedimentos fundamentais, se impõe o destaque de dois conjuntos elementares:

- ➡ 1º Conjunto - Análise, Correlação e Síntese - este conjunto é coerente, operacional e completo;
- ➡ 2º Conjunto - Dedução, Indução e Analogia - este conjunto é menos rigoroso e menos eficaz por ser mais especulativo e menos pragmático.

E é apenas sobre o primeiro conjunto, por ser aquele com maior interesse para a nossa matéria que agora nos vamos debruçar.

A ANÁLISE

A Investigação Criminal defronta-se usualmente com factos revelados por elementos dispersos e incompletos, vestígios diversos e fragmentados. Assim, analisar um ilícito criminal é apenas distinguir dois elementos: o acto e o autor (embora não se fique só por aqui).

A análise permite carrear o possível, com utilidade, para enriquecer o conhecimento sobre o facto, contudo é necessário saber quais são os seus instrumentos.

Deste modo é indiferente o volume dos problemas ou das questões postas, pois a investigação é o percurso do conhecimento judiciário que anda em torno das questões fundamentais seguintes:

QUANDO ?	Tempo (data/hora, duração)
ONDE ?	Lugar (localização/situação)
COMO ?	Modo (execução e meios)
QUEM ?	Autor (identidade)
O QUÊ ?	Natureza do facto (conteúdo, composição)
PORQUÊ ?	Móbil (motivo)

Só uma análise rigorosa possibilita resultados satisfatórios, o que quer dizer que se põem as seis questões fundamentais de modo sistemático e que relativamente a cada elemento - resposta se renovam as mesmas seis questões até lograr resposta completa ao que se pretende esclarecer.

De uma forma esquemática:

De uma forma esquemática:

ELEMENTOS	QUESTÕES	RESPOSTAS	QUESTÕES	RESPOSTAS
<div style="display: flex; flex-direction: column; align-items: center;"> <div style="margin-bottom: 10px;"> </div> <div> <div style="display: flex; flex-direction: column; align-items: center;"> <div style="margin-bottom: 10px;"> </div> </div> </div> </div>	<div style="display: flex; flex-direction: column; align-items: center;"> <div style="margin-bottom: 10px;"> 1 2 3 4 5 6 </div> </div>	<div style="display: flex; flex-direction: column; align-items: center;"> <div style="margin-bottom: 10px;"> a b c d e f </div> </div>	<div style="display: flex; flex-direction: column; align-items: center;"> <div style="margin-bottom: 10px;"> 1 2 3 4 5 6 </div> </div>	<div style="display: flex; flex-direction: column; align-items: center;"> <div style="margin-bottom: 10px;"> a' b' c' d' e' f' </div> </div>

O mesmo é dizer que:

À 1ª série de questões fundamentais (6) se segue a 2ª série (6) e assim sucessivamente, isto é, à 2ª série de questões a investigação pode dispor de 36 respostas (6x6), à 3ª série 216 respostas (36x6), à 4ª série 1296 (216x6), ...

Um exemplo ilustrará o que se pretende significar:

Após se ter deslocado ao local e constatar o facto, um militar da GNR relata ao respectivo Comandante de Posto o que apurou, do modo seguinte:

QUANDO ?	- 3 de Fevereiro de 1994
ONDE ?	- Rua do Torrão, n.º 7, Silves
O QUÊ ?	- Homicídio da Sr.ª Amélia
COMO ?	- Com arma de fogo
QUEM ?	- Homem moreno, corpulento, de camisa amarela e jeans
PORQUÊ ?	- Móbil aparente, roubo

Trata-se, como se vê, de respostas elementares referentes ao contexto geral do acto criminoso, mas que, sendo insuficientes, devem ser melhoradas e aprofundadas.

Deste modo, se tomarmos em conta que o que se referiu antes de modo esquemático, estamos agora em posição de questionar as respostas obtidas à primeira série de questões.

Tomando, por exemplo, em consideração o resultado obtido à pergunta "COMO ?" (da primeira série, repete-se) e que foi com "arma de fogo", a investigação poderá lograr algumas precisões necessárias no quadro da segunda série de questões.

Observe-se:

QUEM ?	Tipo de arma (pistola, revólver), marca, modelo, propriedade, etc., independentemente dela ter sido deixada, ou não, no local do crime
O QUÊ ?	Constituição, composição, estado, aspecto, características da arma (vista geral, cano, órgão de segurança, modificações introduzidas, etc.); obviamente, em termos de técnica de investigação, intervirão a Medicina Legal, a Polícia Científica (quanto à determinação do calibre do projectil, etc.)
ONDE ?	O lugar (origem, proveniência) de onde veio a arma: - lugar de fabrico, compra, posse * onde está? (localização) * Por onde veio? (itinerário, trajecto, transporte) * Para onde vai? (destino)
QUANDO ?	A arma: - antes do contacto, no momento e depois do acto(intervalo temporal de cada fase) - cruzar a questão ONDE?
COMO ?	Modo e mecanismo de funcionamento, de acção e de utilização (conforme ou não conforme) desta arma
PORQUÊ ?	Móveis da escolha da arma (razões, pretextos, motivos)

AS CORRELAÇÕES

A correlação é de extrema importância para a Investigação Criminal. Como relação mútua entre dois termos que é, na reconstituição do acto criminoso não basta só a análise mas exige também uma intrincada e apertada malha de correlações.

Se a análise interessa, como se viu, pelos elementos do acto criminoso e do(s) suspeito(s), as correlações hão-de tentar estabelecer entre uns e outros a tal relação mútua. Tomam-se, por assim dizer, os elementos analisados para serem confrontados entre si e eventualmente ligados com vista a fazer ressaltar, inventariando e analisando os pontos de concordância (a considerar), os pontos discordantes (a rejeitar) e, é claro, os pontos duvidosos.

As correlações desdobram-se em dois tipos fundamentais a distinguir:

Correlações iniciais - que concorrem após a análise do acto e, por conseguinte, antes da análise do suspeito, e tendentes à designação deste são efectuadas com recurso quer aos elementos do acto, quer entre estes e outros actos (é a função das unidades de tratamento da informação criminal);

Correlações normais - que se seguem à designação do suspeito e à sua análise e que relacionam continuamente o acto ao homem e ambos a outros actos e a outros delinquentes (especialmente visível no caso de reincidentes), nos termos referidos acima.

A quantidade e a qualidade dos pontos correlacionados determinam:

- ▶▶ O valor da hipótese;
- ▶▶ A orientação das investigações a concretizar nas fases seguintes.

Acresce-se que o instrumento de correlação proposto permite definir o modo de executar as diligências (ouvir, indagar, confirmar, proceder a buscas, controlar, vigiar, ...) a realizar no âmbito de uma investigação.

A SÍNTESE

É a operação intelectual que permite conceber novas combinações com base nos elementos dispersos (constatados, analisados, correlacionados) e dar-lhes uma nova "unidade".

O objectivo da síntese é o de orientar o conjunto dos procedimentos gerais do espírito no sentido da elaboração de hipóteses.

Compreende-se por isso que a síntese se estruture em duas fases:

- Fase de reagrupamento - dos pontos certos e objectivos, revelados e inventariados pela análise e correlações;
- Fase de interpretação - da elaboração de um encadeamento intelectual coerente que abrange:

● Pontos conhecidos;

● Pontos desconhecidos ou imprecisos.

O reagrupamento consiste em "arrumar", dar ordem aos elementos do conhecimento (tempo, lugar, ...) previamente estabelecidos através das correlações.

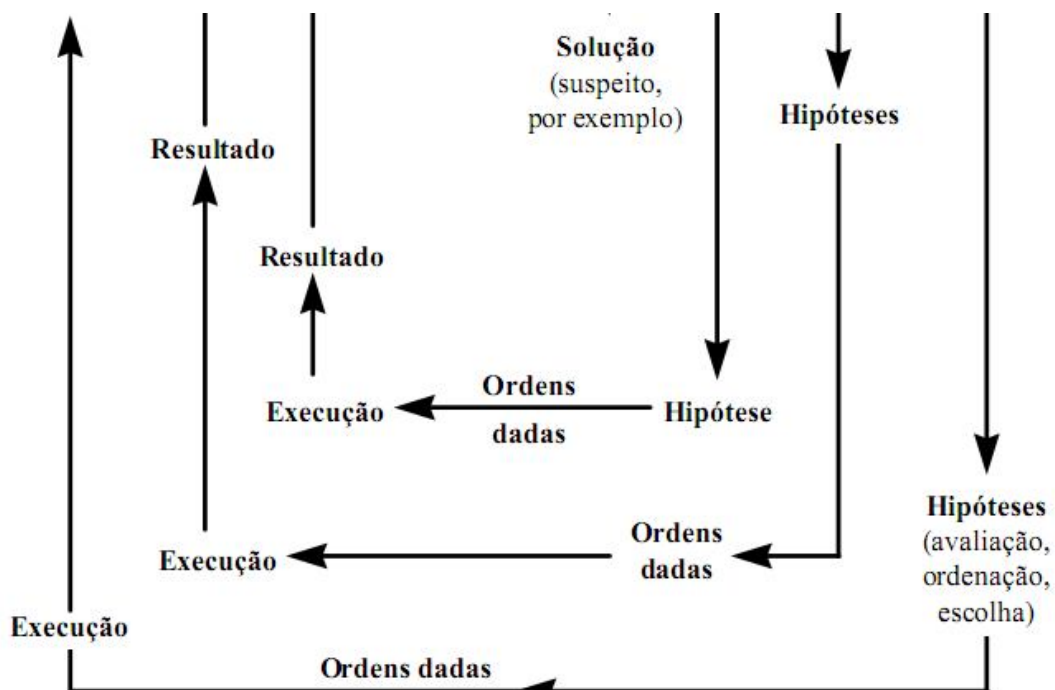
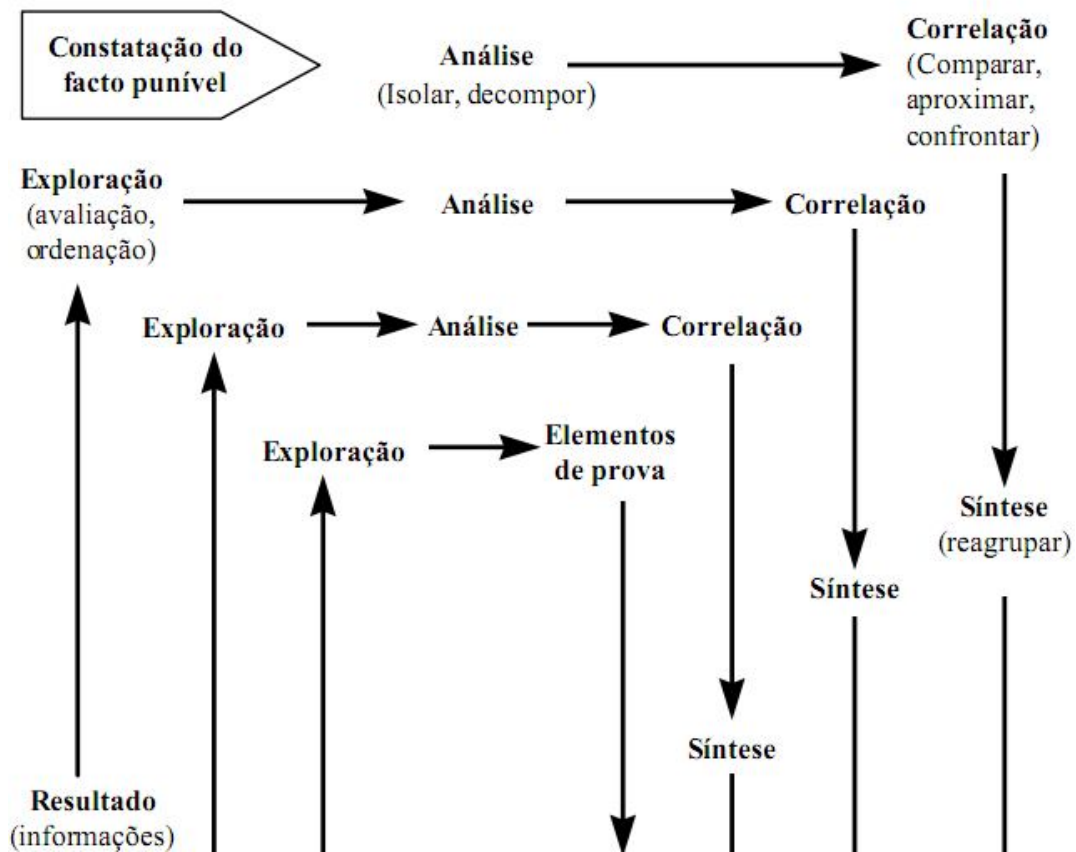
A interpretação, por seu lado, requer maior prudência e sensibilidade já que arrasta uma decisão pessoal do responsável pela investigação.

A interpretação pretende dar significação aos elementos partindo dos pontos conhecidos para os obscuros ou imprecisos. pretensão essa que se revela na formulação das hipóteses que, desse modo, é o resultado da síntese e especialmente da sua fase de interpretação.

Por isso o número de hipóteses que se formula é em função dos elementos conhecidos.

Assim, quanto menores ou mais imperfeitos forem os elementos mais numerosas serão as hipótese.

As generalidades do método referidas podem ver-se numa perspectiva didáctica, que não traduz obrigatoriamente a realidade, pois nesta não são tão visivelmente compartimentadas, nos seguintes dois esquemas:



CICLO DA INVESTIGAÇÃO

